

## Quando a oralidade se faz presente na escrita: dados diacrônicos e sincrônicos

(When orality is present in writing: diachronic and synchronic data)

Joyce Elaine de Almeida Baronas<sup>1</sup>, Vanessa Lini<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup> Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas - Universidade Estadual de Londrina (UEL)

joyal@uel.br, protect@pop.com.br

**Abstract:** This study aims at analysing deviations from the standard pattern present in written texts and compare them with a common phenomenon in rural speech in order to shed a light on the subject and to provide subsidies for Portuguese language teacher in the treatment of such language occurrences. For this purpose, we analyzed data from three different corpora: nineteenth century manuscripts, texts of students from a school in Cambé-PR, and data from Paiquerê-PR in the countryside. By crossing the data, we intend to better understand the language in its synchronic and diachronic aspects.

**Keywords:** writing; orality; manuscripts.

**Resumo:** O presente estudo objetiva estudar os desvios da norma padrão presentes em textos escritos e compará-los com fenômenos comuns no falar rural a fim de buscar melhor compreender esses desvios e fornecer subsídios ao professor de língua portuguesa no tratamento de tais ocorrências linguísticas. Para isto, analisaram-se dados de três *corpora* deste trabalho: manuscritos do século XIX, textos de alunos de uma escola de Cambé-PR e dados do falar rural de Paiquerê-PR. A partir do cruzamento dos dados destes corpora, procura-se melhor compreender a língua sob os aspectos sincrônico e diacrônico.

**Palavras-chave:** escrita; oralidade; manuscritos.

A variação linguística no Brasil é fato bastante evidente dada a extensa faixa territorial do país que reúne falantes de um português diversificado, além dos fatores socioculturais que dinamizam as diversidades na língua. Com isso, a escola brasileira enfrenta questões complicadas no que diz respeito ao ensino da língua, pois os estudantes, muitas vezes, apresentam uma fala muito distante da norma padrão e, por isso, têm muita dificuldade na absorção de tal norma.

É sabido que a norma padrão é uma prescrição da modalidade escrita, a norma culta seria a mais próxima, por ser baseada na fala de pessoas com bastante familiaridade com a escrita, entretanto há uma grande camada da população brasileira que não tem acesso à norma culta, tal faixa populacional é também marginalizada em situações demarcadas pela cultura escrita, pois não domina as regras. Estudos atuais demonstram que o falar rural já não se restringe a falantes residentes em regiões rurais; com a vinda do homem do campo para a cidade, vieram também sua cultura e, naturalmente, sua linguagem, com isso muitos moradores da zona urbana apresentam traços desse falar, composto de fenômenos linguísticos diferentes da norma culta, e que, ao contrário do que é apregoado por milhares de leigos sobre questões de língua, não constitui um falar “errado”, mas uma forma linguística diferenciada, que conserva traços do português antigo.

Neste estudo pretendemos, pois, estudar os desvios da norma padrão presentes em textos escritos e compará-los com fenômenos comuns no falar rural a fim de melhor compreender esses desvios, podendo fornecer subsídios ao professor de língua portuguesa no tratamento de tais ocorrências linguísticas. Para isso, na parte teórica, serão apresentadas algumas questões relacionadas à variação linguística, posteriormente serão apontados estudos sobre o falar rural e, em seguida, serão comentados estudos a respeito dos desvios da norma. Na parte analítica, serão comparados textos de alunos de uma escola de Cambé — que compõem o trabalho de Lini (2008) — com dados do falar rural de Paiquerê-PR — que constituem o trabalho de Almeida Baronas (2005) — a fim de identificar algumas semelhanças, buscando comprovar a influência da oralidade no texto escrito. Após tal comparação, serão analisados manuscritos paranaenses a fim de identificar a presença de alguns desvios da norma já em décadas anteriores, o que justificaria a dificuldade ainda presente no que se refere à escrita. Os manuscritos a serem analisados são documentos notariais retirados do Arquivo Público do Estado de São Paulo e compõem o banco de dados do projeto de pesquisa: *Para a história do Português paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX - parte II*, vinculado ao Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina.

Com base nos dados obtidos pela presente pesquisa, pretende-se melhor compreender a escrita atual e a antiga a fim de contribuir com o ensino de língua portuguesa no Brasil, transmitindo uma visão mais abrangente a respeito dos fatos da língua e da prática de escrita aos professores de língua portuguesa. Espera-se que os resultados deste estudo sejam úteis a demais pesquisadores que se dedicam ao ensino da língua portuguesa no Brasil e à história da língua.

## **Pressupostos teóricos**

### **Variação linguística**

A língua portuguesa do Brasil, como toda língua, vem sofrendo alterações com o decorrer do tempo. Isso se dá pela própria dinamicidade da sociedade, que, ao mudar seus hábitos e costumes, muda também sua manifestação linguística, dado que a língua compõe a cultura de um povo. A variação da língua portuguesa pode ser classificada, de acordo com Camacho (1988), em diacrônica, diatópica, diastrática, e estilística.

No aspecto diacrônico, podemos visualizar a própria evolução da sociedade e o aparecimento de novas formas de o homem se integrar ao seu meio, novos modos de ser e de estar. Tal fenômeno social gera consequências linguísticas, o que não poderia deixar de ser. Como exemplo de novas formas linguísticas, temos toda uma gama lexical resultante das inovações relacionadas a esta nova era digital, tais como blogs, msn, orkut, etc. Em razão disso, há os termos, que caíram em desuso, como barlanda, presente nos manuscritos em análise, e ainda os que logo estarão fora de um alcance de significado por grande parte da geração do século XX, tais como datilografar, dada a alteração do uso.

Em relação à diatopia, podemos identificar uma imensa diversidade linguística na região brasileira devido à vasta extensão territorial. Neste caso, é possível identificar falares característicos de cada região, como o “tchê” do gaúcho, o r retroflexo do paulista, o “ó xenti” do nordestino e por aí se vai a caricaturesca linguagem do povo brasileiro.

No que tange à variação diastrática, temos fatores de grande influência que delimitam e caracterizam determinadas formas de expressão. A questão cultural nesse caso acaba por se comprometer com a econômica, o que não impede exceções, mas, grosso modo, um indivíduo cujo poder aquisitivo é muito baixo pouca chance terá de crescer culturalmente dada a realidade brasileira que segrega os cidadãos em pobres, tanto de dinheiro, como de acesso à educação. Além disso, vale lembrar as diferenças linguísticas resultantes da idade, havendo destaque em idades que diferenciam grupos, como, por exemplo, o grupo de adolescentes e o grupo de idosos. A gíria, nesse caso, é fenômeno que identifica tais grupos, visto que um idoso pode até se utilizar de uma gíria, mas daquela de sua época de juventude. Finalmente, nesta classificação, temos o fator sexo, de que também resultam diferenças no falar, como, por exemplo, o já comprovado fato de uma maior produtividade de diminutivos na fala de mulheres.

Em relação ao fator estilístico, podemos vislumbrar uma gama de possibilidades de que o falante dispõe para adequar sua linguagem ao contexto em que se encontra, sendo tal variação a que o professor mais deveria abordar em sala de aula propiciando ao seu aluno a proficiência na sua própria língua.

Embora Camacho (1988) tenha estabelecido tal classificação, aponta para o fato da superposição dos fatores, ou seja, eles se misturam. Como exemplo disso, temos o falar rural, que pode ser classificado como uma variação diastrática, pelo fato de ser característico do morador da roça, mas não somente desse morador, o que permite também uma outra classificação, a diastrática, já que caracteriza também o morador da zona urbana que não domina a norma-padrão.

## **Normas**

A língua portuguesa do Brasil apresenta diversas normas, apesar disso, a sociedade em geral, distante dos estudos linguísticos, apresenta uma busca incessante de uma unidade linguística. Em uma sociedade tão diversificada como a brasileira existem várias normas linguísticas. Segundo Castilho (1998), existem três tipos de norma: a norma objetiva, a norma subjetiva e a norma prescritiva.

A norma objetiva, também chamada de padrão real, é a linguagem praticada pela classe social de prestígio, ou seja, pela classe culta, escolarizada. O segundo tipo de norma, a norma subjetiva, considerada padrão ideal de linguagem, é a atitude que o falante assume perante a norma objetiva em situações em que a comunidade linguística exige maior cuidado com a linguagem. Já a norma prescritiva é a combinação da norma objetiva com a norma subjetiva, em que são ensinados os usos linguísticos de uma classe de prestígio considerados mais adequados a cada situação e mais bem identificados com o ideal de perfeição linguística.

De acordo com Faraco (2002), a norma pode ser considerada um fator de identificação sociocultural. Diante disso a norma culta da língua se destaca por ser a utilizada pelos grupos que controlam o poder social. O autor esclarece a distinção entre norma culta e norma padrão, já que essas costumam ser confundidas.

Para Faraco, norma culta é a norma linguística praticada em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade) por aqueles grupos sociais mais relacionados com a língua escrita, enquanto a norma padrão são as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas.

Por esse padrão ter tido origem de um modelo lusitano praticado por alguns escritores portugueses, o que ocorre é um distanciamento entre a norma padrão e o uso, tornando a norma culta muito mais praticada que a padrão.

No entanto, apesar da diversidade dialetal da língua portuguesa, assim como em qualquer língua, há sempre certa necessidade de homogeneidade para que haja compreensão entre os falantes. Dessa forma surgiu a norma padrão, uma variedade padronizada, que se originou do uso da língua de falantes de poder econômico, político, social e cultural, passando a ser um modelo, um ideal de perfeição linguística. Sobre a necessidade da existência de uma norma padrão, Neves (2003) ressalta:

A mesma teoria que mostrou que variação e mudança são propriedades constitutivas da linguagem, e que, portanto, existem diferentes e legítimos modos de uso da língua em diferentes lugares, em diferentes tempos e em diferentes situações, mostra, também, que a funcionalidade desses diferentes usos, e, portanto, a sua adequação, incluem a existência de normas, inclusive de uma norma-padrão, socioculturalmente definida e valorizada. (p. 45)

Mattos e Silva (2006) define norma padrão como conceito tradicional, idealizado pelos gramáticos pedagogos, diretrizes até certo ponto para o controle da representação escrita da língua. Segundo a autora, a norma padrão passa a ser uma norma codificada nas gramáticas pedagógicas que se repetem tradicionalmente de gramático a gramático. Distancia-se da realidade dos usos, embora com alguns deles se intersecciona, e é atualmente reciclada ou atualizada ao longo do tempo pelas imposições evidentes, decorrentes da razão universal de as línguas mudarem e suas normas também, entre elas, a que serve de modelo à norma padrão.

Para Bagno (2002), a norma é um processo fortemente unificador, que visou e visa a uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança.

O distanciamento da norma padrão e a realidade linguística brasileira dificultam a assimilação de tal norma por uma grande parcela da população do país. Apesar disso, pode-se afirmar que o ensino da norma padrão na escola é válido e de grande importância para a vida sociocultural do aluno, já que tal variante é o padrão estabelecido para ocasiões mais formais como redação de documentos, artigos jornalísticos, acadêmicos, judiciais, científicos, entre outras, é fundamental seu domínio para que o educando possa participar de forma ativa e crítica na sociedade.

### **Oralidade e escrita**

É possível abordar, conforme aponta Marcuschi (2001), eventos de oralidade e de escrita como um contínuo, em que se identificam determinados gêneros. Dessa forma, temos gêneros que se encaixariam num polo de maior oralidade, como uma conversa informal, por exemplo, enquanto outros se enquadrariam num pólo mais apropriado para eventos da escrita, como um artigo científico. Corroborando com as ideias de Marcuschi (2001), Bortoni-Ricardo (2004) apresenta uma proposta de contínuos de oralidade e escrita para os eventos comunicativos, havendo também polos de maior predominância ou da oralidade ou da escrita.

Cabe ressaltar a não correlação escrita-formalidade, oralidade-informalidade, visto que, do mesmo modo, podemos aplicar a ideia dos contínuos para os níveis de formalidade,

tanto nos gêneros orais, como nos escritos. Apesar disso, é fato natural a associação da formalidade ao texto escrito devido à própria história da escrita na vida do ser humano. Ora, uma criança, até a educação formal escolar, pratica durante mais ou menos 5 anos eventos orais livres de padronização, enquanto que, ao adentrar o meio escolar, insere-se na necessidade de padronização do texto escrito. Além disso, ressaltamos a diferença quantitativa em relação à produtividade de textos escritos, pois um profissional que não tem a escrita como profissão, raramente se depara com eventos de escrita, e quando isso ocorre, em geral devem ser produzidos na norma-padrão, pois constituem gêneros que se caracterizam pela formalidade, como é o caso de requerimentos, procurações, ofícios, etc. Nesse sentido, é papel do professor de língua portuguesa levar o aluno ao contato com diversos gêneros orais e escritos, propiciando a percepção da adequação da linguagem a cada evento de comunicação.

No presente artigo, faremos uma relação entre textos de oralidade (falar rural) e de escrita (manuscritos; textos de alunos) a fim de investigar até que ponto a oralidade se faz presente no texto escrito, tanto o de séculos anteriores (manuscritos), como no atual (texto de alunos). Isso nos servirá de base para possíveis propostas de ação para o trabalho em sala de aula com a prática da escrita.

## **Análise dos dados**

### **Dados de produções textuais e do falar rural**

Nesta parte da análise, apresentaremos os fenômenos que ocorreram tanto nas produções textuais quanto no falar rural.

Seguem as ocorrências no estudo de Lini (2008, p. 39-41):

- a) neutralização das vogais *e* e *i*
- b) neutralização das vogais *o* e *u*
- c) monotongação de ditongos decrescentes
- d) queda do /r/ final nas formas verbais e) ditongação

O item (a) é comprovado com a presença, *no corpus*, dos termos *presenti*, *conviti*, *consigui*, *bronsiar/ bronsiada* e o item (b), com o termo *engulia*. Trata-se da interferência do fenômeno *alçamento*, comum no falar rural. No estudo de Almeida Baronas, ocorre tal fenômeno em diversos momentos de fala dos informantes, ocorridos nos seguintes termos: *nutícia* (AM), *prifiru* (AM), *ligítimu* (AM), *dipois* (CM), *impididu* (CM), *mintira* (CM), *pricisa* (CM), *iscutu* (FF), *subrinha* (FF), *siguinu* (FF), *sigui* (FF), *siguru* (GM), *istudu* (HF)<sup>1</sup> (ALMEIDA BARONAS, 2005, p. 102).

Nesses vocábulos, ocorre o fenômeno do alçamento, fato considerado natural no *dialeto caipira* por Amaral (1920, p. 49).

É interessante ressaltar que essa alteração ocorre em outras variedades do português brasileiro e do português europeu, independentemente de se tratar de variedade urbana ou rural.

---

<sup>1</sup> As letras correspondem à ordem dos informantes (A/B/C/D...) e ao sexo (M e F).

O item (c) ocorre nos termos *hove, janero, mangedora, pexaria, quemadinho*, presentes no *corpus* de Lini (2008, p. 40); este fenômeno também se faz presente no *corpus* de Almeida Baronas (2005, p. 140-142) nos seguintes seguimentos:

Monotongação de *ei* para *e*: *di primeru* (BF), *primera* (BF), *bera* (CM), *cumpanheru* (CM), *primeru* (CM, HF, DF), *dinheru* (DF), *infermera* (DF), *dexava* (HF), *dexô* (HF), *tercera* (FF).

Monotongação de *ou* para *o*: *otru* (AM, BF, GM, HF), *ota* (BF), *istragô* (CM), *pocu* (CM), *ô* (DF, EM), *otu* (DF), *otus* (DF), *ropa* (DF, HF), *sô* (DF, HF), *vô* (DF, EM), *otra* (GM, HF), *tocô* (HF), *vortô* (HF).

Monotongação de *ai* para *a*: *baxu* (GM).

Segundo Amaral, a redução de *ei* para *e* se dá pelo contato com a consoante seguinte ao ditongo. Conforme aponta o autor, o ditongo *ei* “reduz-se a ê quando seguido de r, x ou j” (AMARAL, 1920, p. 50). Já em relação ao segundo caso de ditongos, o autor afirma que o ditongo *ou*, acentuado ou não, no dialeto caipira, contrai-se em *o*.

Embora Amaral descreva esse processo como próprio do dialeto caipira, pode-se afirmar que o fenômeno da monotongação se constitui num traço muito comum na língua falada em geral. Paiva (1998a) aborda tal tendência a partir da análise da redução de ditongos ocorrida em 44 entrevistas do *Projeto Censo de Variação Linguística no Município do Rio de Janeiro*. Para a autora (PAIVA, 1998a, p. 234), “a redução dos ditongos decrescentes (ew) e (ow) a vogais simples é mais um entre os diferentes processos de que a língua se utiliza para evitar cadeias sintáticas complexas”, não constituindo, pois, índice de variação diastrática, mas resultando de fatores estruturais. Em outro estudo, Paiva (1998b) procura analisar a relação entre a tendência de reduzir os ditongos e os fatores socioculturais. Para isso, verifica se variáveis estratificadas (escolarização, sexo, idade) e variáveis não estratificadas (mercado ocupacional, sensibilidade linguística, mídia e renda) influenciam a supressão da semivogal dos ditongos e conclui haver apenas uma leve e parcial influência das variáveis estratificadas *escolarização* e *idade* nos falantes adultos.

Portanto, pode-se afirmar que a redução dos ditongos já constitui um fenômeno natural na fala coloquial, não sendo uma característica estritamente relacionada ao *falar rural* nos dias atuais.

Melo (1981, p. 79), ao abordar tal processo, recusa a possibilidade de ele se dar por influência africana, conforme aponta Mendonça (1935, p. 118). Para Melo, tal fato resulta de influência latina. Paiva (1998a) segue a mesma ideia de Melo, afirmando que a tendência de evitar os ditongos é “atestada no português ao longo de toda a sua história” (1998a, p. 219), pois, no latim vulgar, já se evidenciava tal tendência.

Antes desses autores, Boléo já afirmava:

A redução dos ditongos *ei* a *ê* e *ou* a *ô* – *bêjo, pêxe, ôro*, ‘*dêxa de brincadêra*’ – não é facto linguístico próprio do Brasil: encontra-se em várias regiões de Portugal, e com bastante frequência. Na Beira Baixa, província que conheço melhor, é êle correntíssimo. (1943, p. 24)

Reforçando as ideias citadas, Delgado (1951) apresenta em seu estudo casos de monotongação ocorridos em Portugal como, por exemplo, “*otro*” e “*roxinol*”.

Também Cintra (1970) aponta a possibilidade da origem europeia para tal fenômeno. O autor verificou a distribuição dos ditongos *oi* e *ei* e suas variantes em Portugal e constatou que, em determinadas regiões, se conservam os ditongos em sua forma original, noutras regiões os ditongos se alteram e há também a ocorrência da monotongação em algumas localidades.

O item (d) se apresenta no seguinte termo do *corpus* de Lini (2008, p. 40): *viajá*. Trata-se do fenômeno fonético classificado como apócope, também presente na tese de Almeida Baronas (2005, p. 154) nos termos: *muié* (AM: 6,7), *qualqué* (BF:), *quisé* (BF), *pa í* (CM), *í* (DF).

Segundo Amaral (1920), no dialeto caipira tal ocorrência é comum. Melo (1981, p. 81) entende que tal encurtamento seja uma influência latina, recusando a tese de Mendonça (1935, p. 115) de que haja aí uma influência africana. A supressão de segmentos em fim de palavra é um processo que caracteriza o latim vulgar e que se manteve presente e atuante na história das línguas latinas.

Boléo (1943, p.26) afirma que, em Portugal, “a supressão do r em frases é ainda mais frequente nos falares populares”. Com isso, a origem europeia é a mais provável.

O item (e) ocorre nos seguintes termos da monografia de Lini (2008, p. 41): *pessouas*, *voceis*, *voua*. Tal processo se identifica nas seguintes expressões do *corpus* de Almeida Baronas (2005, p. 142-143): *às vez* (AM), *faiz* (AM, BF, CM, DF), *gáis* (AM), *mêis* (AM, CM, EM, GM), *luiz* (CM, FF), *nóis* (CM, DF), *trêis* (GM, HF), *vez* (GM, HF).

Identifica-se, nesses vocábulos, o processo de ditongação das vogais seguidas de fricativas, fenômeno apontado por Amaral (1920, p. 48), ao abordar as vogais do dialeto caipira: “As tônicas, em regra geral, não sofrem alteração. O único fato a assinalar com relação a estas é que, quando seguidas de ciciantes (s ou z), no final dos vocábulos, se ditongam pela geração de um i: rapaiz, mêis, péis, nóis, lúiz”.

Apesar de Amaral considerar o processo de ditongação como marca do falar rural, tal traço é muito comum na fala de muitas localidades, como no Rio de Janeiro, por exemplo.

Pode-se perceber, pela análise dos dados, que há uma semelhança entre os dados selecionados do *corpus* do trabalho de Lini (2008) e os dados de Almeida Baronas (2005). A neutralização das vogais, a monotongação, a apócope e a ditongação, que são fenômenos comuns no falar rural estudado por Almeida Baronas (2005), estão presentes nos textos de alunos de escola municipal analisados por Lini (2008), o que pode indicar uma provável relação entre os dois *corpora*, ou seja, traços do falar rural já não se reduzem a este falar, estando também presentes no texto escrito.

### **Dados de produções textuais e de manuscritos**

A ocorrência de fatos linguísticos distantes da norma acontece desde séculos anteriores. No início da história da Língua Portuguesa no Brasil, a língua se deu sem tanta normatização e pode-se afirmar que a escrita era baseada na fala, visto que registros dessa época apontam variações que denunciam uma possível aproximação com a fala e uma ausência de rigidez na ortografia. Como em séculos passados a língua portuguesa ainda estava em processo de adaptação como língua oficial do Brasil, as mudanças na língua no decorrer do tempo foram significativas no que se refere à ortografia.

Segundo estudos feitos por Coutinho (1958), foram três os períodos da história da ortografia portuguesa: o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado. No período fonético da ortografia, a escrita procurava espelhar a pronúncia, ocorrendo grande flutuação ortográfica. Nessa fase, os escritores visavam a simplificar a leitura, tornando-a próxima da língua falada, procuravam usar as letras latinas para transcrever a pronúncia do Português da época. Não havia um padrão uniforme na transcrição das palavras, pois era possível encontrar um só vocábulo grafado de várias maneiras. Pode-se dizer que se escrevia não para a vista, mas sim para o ouvido, já que, na época, era uma minoria que dominava a leitura. Na grafia do período pseudo-etimológico procurava-se respeitar, tanto quanto possível, as letras originais da palavra, embora nenhum valor fonético representassem. São dessa época os muitos CH, PH, TH, Y, K, W, em palavras de origem grega, ou de suposta origem grega como: *eschola, phrase, rhetorico, teatro, estylo*, etc. Já o período simplificado foi marcado pela proposta da reforma ortográfica, em razão de os escritores da época estarem escrevendo cada um com uma grafia própria e diferente. O objetivo desse período era a simplificação da ortografia orientando-se pela pronúncia, sem desconsiderar a etimologia e o elemento histórico da palavra.

Dessa forma, pode-se verificar que, com a evolução do tempo e conforme cada período, a Língua Portuguesa transformou-se. Embora o período simplificado tenha contribuído consistentemente para certa facilitação de escrita da língua, ainda hoje é natural haver confusão no que diz respeito à ortografia de determinadas palavras.

Durante a implantação da língua portuguesa no Brasil, o português recebeu fortes influências de outras línguas como as indígenas e os falares dos escravos africanos, que deixaram marcas tanto no léxico como na fonética, e possivelmente na sintaxe.

O autor Segismundo Spina (1987, p. 24) traz como exemplo dessa influência o caso da vocalização do diagrama *lh* em “i”, como em *muié, mio, fio, moia, espeio, oio, mió* (por *mulher, milho, filho, molhar, espelho, olho, melhor*); a supressão da dental “d” do grupo consonantal *nd* nas formas *and, end, ind: falano, dizem, vestino* (*falando, dizendo, vestindo*); a apócope do “s” (consoantes que índios desconheciam), como em *vamo, lapi* (*vamos, lápis*).

Enquanto Spina (1987) aponta essas ocorrências como influências indígenas e africanas na língua portuguesa, Naro e Scherre (2007) não negam a influência de outros povos na língua e na cultura brasileira, mas defendem a ideia de que os indícios de influência indígena e africana, que a língua portuguesa apresenta no Brasil, também podem ser explicados como influência do português europeu não-padrão. Entre as formas encontradas no português brasileiro e também no português europeu não-padrão, Naro e Scherre (2007, p. 122) apresentam exemplos de queda de consoante líquida em grupos consonantais, como *nego, próprio, agradecidos, dento* (*negro, próprio, agradecidos, dentro*); assimilação de “d” em “nd” e de “b” em “mb” como em *voano, acabano* (*voando, acabando*), *imora, tamém* (*embora, também*); queda de consoante em coda silábica como em *fasidade, comprá, repostá, faze* (*falsidade, comprar, resposta, fazer*); inserções vocálicas em coda silábica como em *meli, calori, muleri* (*mel, calor, mulher*) e apócope como em *magina, poteca, marelo, bençoado* (*imagina, hipoteca, amarelo, abençoado*).

Apesar de não haver consenso em relação à origem dos fenômenos no português brasileiro, pode-se afirmar que, com o passar do tempo, ele foi se distanciando do português

européu, devido não só à influência de outras línguas, mas também ao não comprometimento em acompanhar as mudanças ocorridas no português de Portugal.

Portanto, fenômenos linguísticos citados no período histórico da língua portuguesa também são fatos comuns na escrita de alunos durante o processo de aquisição da escrita. A análise de documentos manuscritos do século XIX e de produções textuais do ensino fundamental comprova tal semelhança.

- a) neutralização das vogais *e* e *i*
- b) neutralização das vogais *o* e *u*
- c) troca de letras
- d) desmembramento de vocábulo. (LINI, 2008, p. 39-41)

Em relação ao item (a), as produções textuais apresentam termos como: *presenti*, *conviti*, *consigui*, *bronsiar/ bronsiada* e o item (b), o termo *engulia*. Na escrita de documentos manuscritos do século XIX tal fenômeno também se evidencia nos seguintes termos: *emformado* (Doc. 03 fol 1r, linha 24), *meLitares* (Doc. 08 fol 1r, linha 15), *emposiuel* (Doc. 10 fol 1r, linha 29), *participantes* (Doc. 17 fol 1r, linha 04), *inpusibilidade* (Doc. 01 fol. 1r, linha 29), *comprimento* (Doc. 12, fol 1r, linha 09), *custuma* (Doc. 15, fol 1r, linha 21).

O item (c) ocorre de maneira expressiva nas produções textuais nos seguintes termos: *selebrar*, *sedo*, *sentro*, *serto*, *comesei*, *cer*, *ninguen*, *enbora*, *tambén*, *pemsado*, *sabendo*, *tamto*, *oltras*, *chegol*, *legau*, *fautava*, *deichamos*, *bixo*, *xance*, *proxima*, *comesar*, *diser*, *dise*, *pensso*. Da mesma forma, aparecem também nos manuscritos: *notisias* (Doc. 01 fol 1v, linha 02), *exercendo* (Doc. 03 fol. 1v, linha 26), *sinco* (Doc. 07 fol 1r, linha 12), *serteza* (Doc. 10 fol 1r, linha 08), *concelho* (Doc. 20 fol 1r, linha 23), *também* (Doc. 03 fol 1r linha 11), *dezenbro* (Doc. 04 fol 1r, linha 16), *emtram* (Doc. 12 fol 1r, linha 19), *emviar* (Doc. 01 fol 1v, linha 05), *emregar* (Doc. 03 fol 1r, linha 16), *emsino* (Doc. 10 fol 1v, linha 02), *socego* (Doc. 10 fol 1r, linha 16), *meresser* (Doc. 10 fol 1r, linha 17), *foçe* (Doc. 01 fol 1v linha 4), *pasar* (Doc. 04 fol 1r, linha 11), *nosos* (Doc. 03 fol 1r, linha 01), *honrra* (Doc. 01 fol 1r, linha 03), *proximo* (Doc. 01 fol 1r. linha 27), *presentes* (Doc. 11 fol 1r, linha 28).

A confusão entre letras e fonemas é comum nos documentos, assim como nas produções escritas dos alunos. Tanto no caso dos manuscritos quanto nos textos atuais, isto se explica pela falta de conhecimento e domínio da norma padrão. No primeiro caso, não existia ainda uma norma padrão definida, já no segundo, a interferência da linguagem não-padrão adquirida fora da escola e a estranheza à nova forma da linguagem escrita, podem ser os fatores responsáveis pelos desvios da norma.

O item (d) apresenta-se na escrita dos alunos nos termos: *em bora*, *em triga*, *da qui*, *a moleser*, *des de*, *a quela*, *na quela*. Que se assemelham com *a* escrita dos manuscritos no termo: *sete centos* (Doc. 20, fol 1r, linha 19).

Com base nesta análise, pode-se afirmar que, embora presentes de maneira mais expressiva nos textos atuais, vários desvios da norma já eram comuns em séculos anteriores. Pode-se constatar também que o caso de neutralização de vogais, além de presentes nos dois *corpora*, também se identifica com características do falar rural, estreitando assim uma relação entre os três *corpora*.

## Considerações finais

Diante da análise dos dados em questão, pode-se identificar uma relação entre os textos, o que pode indicar uma pista relevante para o trabalho em sala de aula com a prática da escrita. Pelo fato de a língua portuguesa atual ser baseada na norma, que não faz parte da realidade linguística dos alunos, pode-se considerar que o conhecimento das dificuldades de escrita sejam de suma importância para um desenvolvimento pedagógico de sucesso.

Ora, se a oralidade se faz presente tanto no texto escrito de séculos anteriores como nos textos produzidos atualmente, é necessária uma atenção mais particular em relação à adequação linguística para os gêneros, merecendo então um estudo dedicado aos contínuos de oralidade e escrita prescritos por Bortono-Ricardo (2004) e aos contínuos relacionados aos gêneros, apontados por Marcuschi (2001).

Nesse sentido, é fundamental ao professor de Língua Portuguesa a noção de tais questões a fim de um trabalho mais profícuo no que diz respeito ao ensino da prática da escrita.

Portanto, a presente pesquisa pretende contribuir com o ensino de língua portuguesa no Brasil, transmitindo uma nova visão aos professores a respeito dos desvios da norma. Espera-se que o professor, com base nos dados analisados, consiga construir uma nova metodologia de ensino, buscando, a partir dos desvios da norma, conhecer a realidade linguística de seus alunos para levá-los a redigir com clareza e adequação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA BARONAS, Joyce Elaine de. *www.fogãoalenha.com.br*: a influência da urbanização na fala de informantes rurais. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1920.
- BAGNO, Marcos (Org.) *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. *Brasileirismos: problemas de método*. Coimbra: Coimbra, 1943.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CAMACHO, Roberto G. A variação linguística. In: *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. 3 v. p. 29-41.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- CINTRA, L. F. Lindley. Os ditongos decrescentes ou e ei: um esquema de um estudo sincrônico e diacrônico. In: SIMPÓSIO DE FILOGIA ROMÂNICA, 1, 22 a 28 de agosto de 1958, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *Anais...* Rio de Janeiro: MEC, 1970.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

- DELGADO, Manuel Joaquim. *A linguagem popular do Baixo Alentejo*. [s.l.]: [s.n.], 1951.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.) *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61.
- LINI, Vanessa. *A escrita dos alunos do ensino fundamental: uma visão diacrônica*. 2008. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- MARCUSCHI, Luís Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. “O português são dois”... ainda “em busca do tempo perdido”. In: GORSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl (Orgs.) *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. p. 277-287.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- MENDONÇA, Renato. *A origem africana no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1935.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- NEVES, M. Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e Uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003. 1º e 2º graus. São Paulo, SE/CENP. 1988, 3 v.
- PAIVA, Maria da Conceição Auxiliadora. Supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a. p. 217-236.
- \_\_\_\_\_. Atuação das variáveis sociais na supressão das semivogais anteriores nos ditongos decrescentes. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998b. p. 325-333.
- SPINA, Segismundo. *História da Língua Portuguesa III*. Segunda metade do século XVI e século XVII. São Paulo: Ática, 1987.

## **BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA**

- MELLO, Heliana Ribeiro. Português padrão, português não padrão e a hipótese do contato linguístico. In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.